



ARTIGO

AS MÃES POUCO ESCOLARIZADAS COMO SUPORTE PARA JOVENS DA ROÇA TEREM ACESSO E PERMANECEREM NO ENSINO SUPERIOR

TATYANNE GOMES MARQUES^I

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-3076-3220>

ADLA BETSAIDA MARTINS TEIXEIRA^{II}

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-5400-470X>

LUIZ ALBERTO OLIVEIRA GONÇALVES^{III}

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-3965-8347>

I Universidade do Estado da Bahia, Departamento de Educação, Salvador, BA, Brasil.

II Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Educação, Belo Horizonte, MG, Brasil.

Tatyanne G. Marques - Mestre e Doutora em educação pela FaE/UFMG. Professora no Departamento de Educação - DEDC/ *Campus XII* da Universidade do Estado da Bahia. Pesquisadora do Núcleo de Estudos, Pesquisa e Extensão Educacional Paulo Freire (NEPE). Email: <tatygmarches@yahoo.com.br>.

Adla Betsaida M. Teixeira - Pós-doutorado pela Stanford University and State University of Georgia; Pós-Doutorado pela Leeds University e University de Lyon, França. PhD pelo Departamento de Cultura, Comunicação e Sociedade, Institute of Education, University of London. Pesquisadora e Professora (Associada IV) na Faculdade de Educação, Universidade Federal de Minas Gerais. Coordenadora do Grupo de Pesquisa GSS (desde 2006) - Gênero, Sexualidade e Sexo da Faculdade de Educação da UFMG. Email: <adlaufmg@gmail.com>.

Luiz Alberto O. Gonçalves - Possui mestrado em Educação pela Universidade Federal de Minas Gerais e doutorado em Sociologia pela École des Hautes Études en Sciences Sociales. Pós-doutorado pela Universidade de São Paulo (USP). Atualmente é professor titular da Universidade Federal de Minas Gerais onde atua no Programa de Pós-Graduação em Educação e Inclusão Social da Faculdade de Educação. Membro do Comitê Científico do Observatoire Européen de la violence Scolaire. Email: <lgoncalves@fae.ufmg.br>

RESUMO: Este texto analisa o papel das mães como mulheres rurais pouco escolarizadas como suporte para que suas filhas tenham acesso e permaneçam no Ensino Superior. A análise é feita a partir de narrativas produzidas em situações de entrevistas semiestruturadas com dezessete jovens que tiveram acesso a diferentes cursos de graduação em dois *campi* da Universidade do Estado da Bahia (Uneb). São os dados dessas entrevistas que permitem compreender como as mães atuam para que tenham, por via da escolarização, oportunidades diferentes daquelas que elas tiveram/têm de vivenciar nos contextos rurais. A revisão da literatura utilizada na pesquisa

permite analisar de maneira comparativa as condições enfrentadas pelas mulheres rurais da geração das mães e das filhas e apontar o investimento na escolarização como um futuro promissor para as mulheres da atual geração.

Palavras-chave: Mulheres rurais. Gênero. Jovens da roça. Escolarização. Oportunidades.

MOTHERS LESS EDUCATED AS SUPPORT FOR FARM YOUTH HAVE ACCESS AND REMAIN IN HIGHER EDUCATION

ABSTRACT: This text examines the role of mothers as rural women less educated as support for their daughters to have access and permanence in higher education. The analysis is made from narratives produced in situations of semi-structured interviews with 17 young people who had access to different graduation courses on both campus of the University of the State of Bahia (Uneb). Are the data of those interviews that allow to understand how the mothers act for having, through education, opportunities different from those they had/have to experience in rural contexts. The review of the literature used in the research of comparative way permits to analyze the conditions faced by rural women of the generation of mothers and daughters and point the investment in education as a promising future for the women of today generation.

Keywords: Rural women. Gender. Rural Young. Schooling. Opportunities.

INTRODUÇÃO

“É porque, de uma certa forma, ela queria me dar o que ela não teve oportunidade, sabe?”

Optamos por iniciar este texto com a fala de uma das colaboradoras da pesquisa que desenvolvemos sobre o acesso e permanência de jovens mulheres da roça¹ no Ensino Superior e seus processos de individuação. No trecho acima, a estudante do curso de licenciatura em Pedagogia na Universidade do Estado da Bahia (UNEB), *Campus XII* em Guanambi, fala das condições experimentadas por ela para estudar. Muitas dessas condições, na sua concepção e também das demais jovens entrevistadas, são proporcionadas pelas mães porque estas querem dar às filhas, também mulheres, o que elas não tiveram oportunidade. Essa fala levou-nos a indagar: que condições enfrentam as mulheres rurais?

Nessas condições, que oportunidades lhes foram/são negadas? O que as mulheres que são mães querem proporcionar às filhas? Quais condições estas experimentam?

Na tentativa de analisar essas questões, este texto coloca em emergência as jovens mulheres da roça no campo de estudos sobre as mulheres, especificamente sobre aquelas dos contextos rurais, cujas ausências foram produzidas nos registros da história e da pesquisa. Para isso, a análise aqui apresentada toma por base a revisão de literatura sobre mulheres rurais e sobre juventude, bem como extratos das entrevistas realizadas com dezessete jovens que fazem diferentes cursos de graduação em dois *campi* da Universidade do Estado da Bahia (Uneb), o *Campus* I (localizado em Salvador) e o *Campus* XII (localizado em Guanambi). As referidas entrevistas foram realizadas no ano de 2016 e 2017² e compõem a pesquisa mais ampla já citada. Neste texto, portanto, analisamos apenas as passagens que nos ajudam a responder às questões apresentadas anteriormente. Nessa perspectiva, a interpretação das condições das jovens mulheres da roça é feita em sua relação com as condições das outras mulheres rurais, das mães e delas próprias como filhas. Portanto, é por meio das entrevistas com as jovens universitárias que as referências às condições de vida das suas mães são apresentadas. Assim sendo, os dados primários são as narrativas das filhas. A análise dessas narrativas evidencia como suas mães, mesmo com pouca ou nenhuma escolaridade, atuam como suportes para o acesso e permanência de suas filhas no Ensino Superior.

AS MULHERES RURAIS: DAS CONDIÇÕES INVIBILIZADAS À VISIBILIDADE DAS CONDIÇÕES DE VIDA E LUTA

Quando, ao entrevistar jovens da roça na condição de universitárias, sobressaiu a afirmação de que suas mães são um dos suportes mais importantes para acessarem e permanecerem na universidade e que isso se explica porque compreendem que querem dar às filhas o que elas não tiveram oportunidades, tornou-se necessário analisar as condições que as mulheres rurais não tiveram/têm e que desejam proporcionar às suas filhas para entender seus esforços e suas situações de suportes.

Essa abordagem se justifica porque concordamos com a afirmação de Kathya Araujo e Danilo Martuccelli (2012) de que as vivências particulares são desafios compartilhados, resultados das lógicas e formas de estruturação que têm a sociedade no momento histórico em

que se vive. Ou seja, há um processo estrutural das condições de gênero para as mulheres nos contextos rurais que lhes nega oportunidades e exige delas o enfrentamento, a elaboração de suas existências.

Assim sendo, buscamos inicialmente, por meio do levantamento bibliográfico, conhecer sobre as condições experienciadas pelas mulheres rurais. Todavia, a primeira descoberta realizada é que essas mulheres não são tão conhecidas no campo acadêmico e nos registros históricos como as mulheres da cidade.

É possível afirmar que boa parte dos estudos sobre as mulheres e a condição feminina relaciona-se aos contextos das cidades de grande e médio porte, onde a presença modernizadora do capitalismo fez das mulheres mão de obra significativa. As cidades são evidenciadas, portanto, como espaços de lutas e dos movimentos por reivindicações específicas das mulheres dentro do movimento geral de transformação da sociedade: luta pelo voto feminino realizado pelo movimento das sufragistas;³ igualdade de direitos; passando por pautas como trabalho feminino e a consequente reivindicação de creches; vida reprodutiva; violência doméstica; enfim, direitos sociais e individuais. Boa parte dessas lutas teve como cenário os espaços da cidade e como atrizes visibilizadas as mulheres desse contexto.⁴ O que não quer dizer que somente as mulheres da cidade participam da cena social e que apenas elas têm sido sujeitos das pesquisas e estudos. O que se observa é que, justamente por não serem iguais e não estarem nas mesmas condições, nem todas as mulheres têm a mesma visibilidade social e por parte das pesquisas.

De todo modo, observamos que as mulheres na atualidade, seja na cidade ou nos contextos rurais, ainda enfrentam uma realidade marcada por severas desigualdades entre as próprias mulheres, assim como entre mulheres e homens (relações de gênero)⁵ – e por isto mesmo não ficam imóveis, lutam e resistem.

Em relação às mulheres dos contextos rurais, as pesquisas denunciam que elas foram e continuam sendo vítimas de uma sociedade desigual, não só por serem mulheres (este é o marcador principal da desigualdade),⁶ mas também por serem, em muitos casos, pobres, negras e moradoras de determinadas comunidades periféricas na geografia espacial e social. Por estes aspectos, são colocadas em um lugar de inferioridade. Essas pertencas, conforme nos mostram os estudos realizados por Miridan Knox Falci (2013) e Maria Lúcia Porto Silva Nogueira (2015), configuram a vida e a história das mulheres rurais, assim como muitas vezes as (in)visibilizam.

[...] **As muito ricas**, ou da elite intelectual, estão nas páginas dos inventários, nos livros, com suas joias e posses de terras; **as escravas**, também estão ali, embora pertencendo às ricas. **As pobres livres**, as lavadeiras, as doceiras, as costureiras e rendeiras – tão conhecidas nas cantigas do nordeste –, as apanhadeiras de água nos riachos, as quebradeiras de coco e parteiras, todas essas temos mais dificuldades de conhecer: nenhum bem deixaram após a morte, e seus filhos não abriram inventário, nada escreveram ou falaram de seus anseios, medos, angústias, pois eram analfabetas e tiveram, no seu dia a dia de trabalho, de lutar pela sobrevivência. Se sonharam, para poder sobreviver, não podemos saber. (FALCI, 2013, p. 241-242).

Destaca-se, portanto, que as referências às mulheres rurais não são as mesmas para todas as moradoras desse contexto, mesmo quando essas são da mesma região. Os estudos apontam que há outros marcadores que atravessam o gênero, como, por exemplo, a classe, já que o princípio da riqueza baliza o reconhecimento social no campo como ressalta Falci (2013, p. 242). Neste caso, o princípio da cor pode confirmá-lo ou abafá-lo.

No caso das jovens, ser filha de fazendeiro, bem alva, ou ser filha de pequenos agricultores, de negros, são operadores das diferenças e dos lugares sociais que se espera que elas ocupem. Por isso, mesmo que os desafios (de gênero, trabalho, escolarização e outras) pelos quais passam sejam comuns a todas as mulheres, suas formas de enfrentamento são interseccionadas⁷ pelas suas pertencças e pelas singularidades das suas vidas cotidianas.

Nessa perspectiva, para este texto, buscamos as contribuições dos estudos que retratam os modos de vida, experiências e lutas empreendidas pelas mulheres pobres dos espaços rurais, ou seja, aquelas cujo universo se aproxima das condições de vida das jovens que entrevistamos⁸ e de suas mães. Compreendemos que muitos desses elementos ajudam a entender o que incita, o que tenciona e o que mobiliza as jovens da roça e suas mães a traçarem para elas projetos de vida que as levam ao Ensino Superior. Mais que isso, ajuda a refletir sobre as forças sociais que negaram e negam oportunidades para as mulheres rurais, de modo geral, ao mesmo tempo que criam outras condições para as jovens desta geração.

Dentre os desafios ainda enfrentados pelas mulheres rurais, identificamos que há aqueles que se explicam tanto pela vertente do patriarcado⁹ como da divisão sexual do trabalho¹⁰ e da teoria de gênero.¹¹ Por essas diferentes vertentes, ressalta-se que as mulheres nos espaços rurais ainda vivem, cotidianamente, conforme demonstra Heleieth Saffioti (1992), o peso da cultura machista, sexista e patriarcal, reafirmada pela formação doméstica que as oprime na família, corporificada por intermédio da cultura, das tradições e da divisão

sexual do trabalho, e enfrentada nas relações. Segundo Ana Elizabeth Souza Silveira de Siqueira (2014, p. 24), nas relações familiares e comunitárias dessas mulheres, observamos como a ordem de gênero patriarcal ainda impera e é mantida tanto por homens e mulheres. Estas, por outro lado, “reproduzem o patriarcado e se tornam peças importantes na sua reprodução e continuidade, por meio, sobretudo, da educação dos filhos e filhas”.

Os estudos realizados com mulheres rurais, nas diferentes regiões do Brasil, mostram que a maioria delas tem dificuldade de se deslocar para fora do ambiente doméstico, por causa dos afazeres junto aos pais, mães, irmãos, maridos e aos filhos. De acordo com Rosineide Cordeiro (2007), as pesquisas tendem a assinalar um padrão rígido e assimétrico das relações de gênero na área rural, mostrando que as mulheres são confinadas ao espaço da casa, do roçado e da comunidade onde moram e, neste sentido, defrontam-se com ordens morais de gênero que impõem duras restrições ao ir e vir das mesmas.

Allie Van Der Schaaf (2003), em pesquisa realizada no Rio Grande de Sul, destaca que as mulheres rurais enfrentam solidão, falta de contatos sociais, trabalho rotineiro, dupla jornada de trabalho, doença, difícil relacionamento com o marido e pobreza constantes. Segundo a pesquisadora, estas características levam, inclusive, ao adoecimento. Exemplos extremos são os maus-tratos e outras formas de violência, que, nos espaços rurais, são mais difíceis de perceber pelo isolamento das casas, como demonstram Parry Scott, Ana Cláudia Rodrigues e Jeiza das Chagas Saraiva (2010) no texto cujo título já revela muito da realidade das mulheres em contextos rurais “Onde mal se ouvem os gritos de socorro: notas sobre a violência contra a mulher em contextos rurais”.

Características comuns a essas foram encontradas por pesquisas realizadas nos estados do nordeste por Daniela Nogueira Soares (2009) no semiárido; por Maria Lúcia Lopes de Oliveira (2006) na Paraíba; por Izaura Rufino Fischer (2012) na Zona da Mata de Pernambuco e por Ana Helizabeth Souza Oliveira de Siqueira (2014) na Bahia, entre outros estudos. Estas pesquisadoras também evidenciam a pobreza, a falta de perspectiva de melhoria nas condições de vida e a sobrecarga de trabalho como características da cotidianidade das mulheres rurais. Além disso, apontam que as condições climáticas da região, especialmente no semiárido nordestino, são aspectos que impactam as relações de gênero (SOARES, 2009), bem como a saúde física e mental das mulheres (OLIVEIRA, 2006; OLIVEIRA e RABAY, 2004). Segundo Maria Lúcia Oliveira e Glória Rabay (2004), as vidas e corpos das mulheres rurais

revelam sinais e sintomas de pobreza, de maus-tratos e de opressão. Mesmo que predominantemente jovens, os rostos e peles dessas mulheres demonstram cansaço e marcas do envelhecimento precoce, fruto de precárias condições de vida e de trabalho.

No contexto rural, o dia das mulheres parece ser ainda mais estendido. Elas acordam muito cedo, por volta de quatro horas da manhã, para cuidar dos afazeres domésticos, das crianças e do marido, depois costumam trabalhar durante todo o dia na roça,¹² e são as últimas a se recolherem (OLIVEIRA, 2006; SIQUEIRA, 2014). Além disso, a essa jornada, muitas vezes, ainda se acrescenta a busca da água de consumo no poço/fonte cujo acesso se encontra a quilômetros, o que demanda horas de caminhada¹³ (SOARES, 2009; SIQUEIRA, 2014). Toda essa rotina de trabalho tem pouco ou nenhum reconhecimento.

O trabalho feminino no campo encontra-se invisibilizado e pouco valorizado. Se a mulher é casada, seu trabalho é visto como “ajuda” ao marido; se é filha, é visto como “ajuda” ao pai e aos irmãos. Nesse sentido, Alberto Di Sabbato *et al* (2006, p. 66) dizem que se pode afirmar que “o trabalho da mulher, sobretudo na agropecuária, reproduz a invisibilidade que cerca a percepção da sociedade sobre o papel feminino”. Isto se explica porque “temos um grande contingente trabalhando sem remuneração, isto é, as mulheres trabalham, mas não usufruem a independência que a renda monetária propicia ao trabalhador masculino”.¹⁴

Além disso, Di Sabbato *et al* (2009) ressaltam que quanto mais pobre a família da mulher, maior parcela da sua jornada é ocupada com atividades de autoconsumo, ou seja, com atividades que são invisibilizadas como trabalho produtivo e rentável. Assim, apontam:

A massiva presença feminina no exercício dessas atividades deve-se seguramente ao fato de que essa produção de autoconsumo é provavelmente vista como uma extensão do seu papel de mãe/esposa/dona de casa, provedora das necessidades da família. E, de modo geral, esse papel se superpõe ao seu trabalho na atividade agropecuária – principalmente na horta e no quintal – encobrendo a verdadeira natureza da sua ocupação e reduzindo, por conseguinte, a sua jornada de trabalho. (DI SABBATO *et al*, 2009, p. 66).

Portanto, observa-se que a estrutura e a ação do pensamento patriarcal dificultam o reconhecimento, a visibilidade e a valorização do trabalho feminino de tal forma que as mulheres rurais têm dificuldades em declararem qual a sua profissão, apesar de praticamente todas elas desenvolverem atividades agrícolas¹⁵ e morarem na zona rural, como constatou Siqueira (2009) em sua pesquisa. Neste sentido, quando

perguntadas sobre sua profissão, muitas se declaram apenas como donas de casa, algo constatado nas suas certidões de casamento e de nascimento dos filhos, assim como também nas entrevistas realizadas com as jovens colaboradoras da investigação que desenvolvemos quando se referem às atividades das suas mães. Ou seja, as mulheres rurais, de modo geral, quando não engajadas em movimentos sociais, não se percebem como trabalhadoras, uma vez que incorporam a noção corrente de que o trabalho feminino e não-remunerado, no plano simbólico, ainda é complementar, o que revela a “naturalização” da divisão sexual do trabalho. Portanto, permanece a afirmação feita por Maria Lúcia Lopes de Oliveira (2006, p. 3) de que “a atividade feminina é descaracterizada como trabalho, não tendo o mesmo valor conferido ao trabalho masculino”.

Em razão desse panorama de desigualdades e provação cotidiana, as mulheres que moram nas comunidades rurais no Brasil experimentam processos que as obrigam a responderem às opressões e aos desafios de suas vidas de diferentes maneiras, seja por meio das lutas empreendidas em movimentos sociais, seja pelo investimento individual na sua escolarização ou das suas filhas. Neste sentido, engana-se quem as concebe como passivas, conformadas com seus papéis, sem ação e submissas.

Todas as pesquisas com e sobre as mulheres rurais, apesar de denunciarem uma realidade ainda marcada pela precariedade, ou mostrarem “mulheres condicionadas pelos valores do mundo rural que as envolve emocional e culturalmente” (COSTA, 1998, p.13), ressaltam o papel das mesmas como protagonistas de novos processos sociais que configuram um rural que se constitui pela negociação, tensões, fissuras e disputa (ressignificação) em lutas pela igualdade e afirmação de diferenças de gênero. Desse modo, se as estatísticas mostram que as mulheres rurais acima de quinze anos apresentam uma média de escolarização de 4 anos, por exemplo, as jovens apresentam o dobro desses anos de estudo e têm sido cada vez mais comuns suas chegadas ao Ensino Superior (MARQUES, 2019). Desta forma, suas condições de vida e, especificamente de escolarização, mostram-se mais amplas que aquelas experimentadas pela geração de mulheres que são suas mães.

DA CONDIÇÃO DE MULHERES À CONDIÇÃO DE FILHAS: AS JOVENS DA ROÇA E A ESCOLARIZAÇÃO

Nas análises que temos realizado, as jovens da roça compartilham com as outras mulheres as condições de gênero que atravessam suas vidas como mulheres. Na verdade, se são jovens, as pesquisas do campo da juventude mostram que o baixo reconhecimento social das mesmas fica ainda mais evidente (BRUMER, 2007; CASTRO e AQUINO, 2008). Na agricultura, seu trabalho é visto como ajuda aos pais e irmãos; no processo sucessório das terras tradicionalmente privilegiam-se os herdeiros do sexo masculino e a ordem de nascimento (SPANEVERELLO, 2008; STROPASOLAS, 2006); as políticas agrárias no Brasil destinam poucos investimentos à pequena agricultura e à juventude. Só nas últimas décadas que as mulheres rurais foram incluídas nessas políticas (SIQUEIRA, 2014).

Apesar dessas condições que vivenciam como mulheres ou no enfrentamento a elas, as jovens desta geração experimentam oportunidades que as lutas empreendidas por outras mulheres lhes proporcionam.

As entrevistas realizadas com dezessete jovens que tiveram acesso ao ensino superior na Universidade do Estado da Bahia (UNEB) mostram que, enquanto as mulheres rurais, de modo geral, tiveram o direito de decidirem sobre suas vidas limitado e outros direitos negados, a exemplo do direito de estudar, as jovens da roça no contexto atual vivenciam condições mais alargadas. Ou seja, já não planejam para elas uma vida restrita ao trabalho na roça e ao casamento, marcada pelo analfabetismo. Não querem apenas ser conhecidas como “filhas ou esposas de”. Nesse processo de elaboração de um futuro com novas e diferentes oportunidades, as mães têm forte participação e a escolarização é vista como futuro promissor.

Assim, as mães com baixa escolaridade aparecem nas entrevistas das universitárias de origem rural como suportes importantes para que tenham uma escolarização longa, chegando ao nível superior, como é o caso das jovens participantes da nossa pesquisa. As jovens da roça e universitárias que entrevistamos apresentam os perfis conforme quadro a seguir.

FIGURA 1. Quadro-síntese dos perfis das jovens da roça e universitárias

Nome	Curso/ <i>Campus</i>	Idade	Cor/ raça	Renda familiar mensal	Uso de cotas	Estado civil/ filhos/as
Margarida	Administração <i>Campus XII/Guanambi</i>	21	Negra	1 SM	Sim	Solteira Já teve 1 filha que faleceu
Maria Augusta	Enfermagem <i>Campus XII/Guanambi</i>	22	Negra	1 e ½ SM	Sim	Solteira Sem filhos
Dandara	Administração <i>Campus XII/Guanambi</i>	21	Negra	1 SM	Sim	Solteira Sem filhos
Rita	Enfermagem <i>Campus XII/Guanambi</i>	20	Negra	1 e ½ SM	Sim	Solteira Sem filhos
Elizabeth	Educação Física <i>Campus XII/Guanambi</i>	21	Negra	2 SM	Não	Solteira Sem filhos
Maria Rita	Educação Física <i>Campus XII/Guanambi</i>	28	Negra	1 SM	Sim	Casada 2 filhos
Maria Bonita	Pedagogia <i>Campus XII/Guanambi</i>	23	Negra	1 SM	Sim	Solteira Sem filho
Maria das Dores	Pedagogia <i>Campus XII/Guanambi</i>	25	Parda	1 e ½ SM	Não	Casada Sem filho
Maria Felipa	Pedagogia <i>Campus XII/Guanambi</i>	22	Negra	2 SM	Sim	Solteira Sem filhos
Ana Alice	Pedagogia <i>Campus XII/Guanambi</i>	21	Branca	2 SM	Sim	Solteira Sem filho
Leidjane	Fisioterapia <i>Campus I/Salvador</i>	23	Parda	1 SM	Sim	Solteira Sem filho
Ivete	Fonoaudiologia <i>Campus I/Salvador</i>	24	Negra	1 SM	Sim	Solteira Sem filho
Marilene	Pedagogia <i>Campus I/Salvador</i>	26	Negra	2 SM	Não	Solteira Sem filho

Maria Elvira	Ciências Contábeis Campus I/Salvador	22	Parda	2 SM	Sim	Solteira Sem filho
Leila	Enfermagem Campus I/Salvador	26	Negra	1 SM	Sim	Solteira Sem filho
Marianna	Nutrição Campus I/Salvador	22	Negra	1 SM	Sim	Solteira Sem filho
Maria	Ciências Sociais Campus I/Salvador	29	Negra	2 SM	Sim	Solteira Sem filho

Fonte: Marques, 2019.

O quadro anterior traz elementos importantes para pensar o perfil das jovens mulheres da roça que têm acesso aos diferentes cursos de graduação na Universidade do Estado da Bahia. Observa-se que a maioria chega ao Ensino Superior na idade “ideal” para essa formação, isto é, entre 18 a 24 anos e solteiras. O perfil dessas jovens é formado de negras (soma de pretas e pardas), característica comum à população rural, conforme último censo realizado no país (BRASIL, 2010). Dado esse perfil e a política de ações afirmativas adotada na Uneb, catorze das dezessete entrevistadas fazem uso do suporte das cotas étnico-raciais para ter acesso ao ensino superior, o que aparece como uma importante política para jovens que interseccionam sua origem rural com a raça e classe, já que todas vivem com renda familiar abaixo de 2 salários mínimos mensais.

Essas jovens mulheres da roça, negras e pobres têm outra característica em comum, a baixa escolaridade dos pais e mães. Das dezessete jovens que entrevistamos, todas as mães estudaram até a 6ª série (hoje denominado 7º ano do Ensino Fundamental). Apenas uma mãe por adoção chegou a estudar o Magistério (correspondente ao atual Ensino Médio).

A fala de uma das jovens ajuda a compreender as dificuldades enfrentadas pelas mulheres da geração de suas mães para estudar.

– Minha mãe tinha mais duas [irmãs], mas eram mulheres e... a minha avó teve 14 filhos! Então assim, era muita criança, né? Então eu penso que na época também era muito mais difícil de estudar, mas mesmo assim minha mãe chegou a estudar até a segunda série... Mas era uma série de dificuldades. Ela fala que... a questão de ter que trabalhar, dela não ter incentivo também de estudar... (Maria das Dores, estudante do curso de Pedagogia matutino no Campus XII da Uneb em Guanambi).

A jovem estudante de graduação evidencia, antes de todas as demais justificativas, o fato da sua mãe e das duas irmãs serem mulheres “*mas eram mulheres*”. Isto é, há uma adversidade experimentada por sua mãe e as irmãs expressa pelo “mas”. Assim, a condição de mulher demarca as oportunidades experimentadas por essa mãe, situação que não difere nas narrativas produzidas pelas demais jovens. A condição de mulher da mãe de Maria das Dores é interseccionada pela condição de classe e lugar de moradia, pois a geração de sua mãe e avó tinha muitos filhos “*era muita criança, né?*”; por serem pobres tinham que trabalhar e havia ainda a dificuldade de estudar.

A dificuldade para estudar, especificamente, decorre dos inúmeros afazeres que a situação de pobreza impunha, do significado dos estudos para a vida das mulheres na roça como também pela falta de escolas, uma vez que nos espaços rurais havia/há baixíssima oferta de escolarização e os índices de analfabetismo continuam altos para a população de 15 anos ou mais (acima de 20%), conforme mostram os dados da Síntese de Indicadores Sociais divulgada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (BRASIL, 2013). No caso do estado da Bahia, a porcentagem de analfabetismo é ainda maior e aumenta de acordo o recorte etário. Assim, se de 15 a 24 anos o analfabetismo está em torno de 2,18%, de 25 a 59 anos chega a 14,2% e para pessoas acima de 60 anos chega a mais de 42% (BRASIL, 2013). Ou seja, as oportunidades de estudo da geração de mulheres que são as mães das jovens que entrevistamos eram muito restritas e evidenciam-se por meio dos indicadores apresentados. Neste caso,

Se em épocas anteriores o percurso escolar no meio rural limitava-se a alguns anos de estudo, a conclusão do ensino fundamental, bem como o ingresso, a permanência e o término do ensino médio passam a ser centrais no contexto atual. (SILVA, 2014, p. 108).

No contexto atual, as jovens mulheres experimentam a ampliação da escolaridade que pressupomos estar relacionada às lutas empreendidas pelas gerações anteriores que colocaram na pauta do Estado seus direitos e em suas ações cotidianas criam modos de garanti-los, como fazem as mães com as filhas.

– [...] *Mainha falava “não vou te colocar para fazer nada porque tem prova, vai estudar então. Depois você vai fazer as coisas”.* (Ana Alice, estudante do curso de Pedagogia/noturno, no *campus* XII da Uneb).

– [...] *Eu lembro que a gente plantava... mas não era nada obrigado. Sempre incentivava a gente a ir para escola. O horário que a gente tava na escola, tudo bem. Voltava pra casa, fazia as tarefas, deveres e depois, mais tarde, quando o sol estava frio, a gente ia pra roça.* (Maria, estudante de licenciatura em Ciências Sociais/matutino, no *campus* I da Uneb).

Os extratos das entrevistas apresentados mostram como as mães das jovens que atualmente são universitárias incentivavam as filhas a irem para a escola, criando as condições para que elas pudessem estudar *“não vou te colocar para fazer nada”*. A prioridade, conforme relato das filhas, sempre foram os estudos *“Depois você vai fazer as coisas”*; *“fazia as tarefas, deveres e depois, mais tarde, quando o sol estava frio, a gente ia pra roça”*.

As jovens mulheres da roça que entrevistamos também trabalham na agricultura familiar, todavia, isso só ocorre quando não atrapalha os estudos, em um tempo mais curto e sem a obrigatoriedade que as condições impunham às mulheres da geração de suas mães.

– [...] eu trabalhava na roça, como eu te disse, mas era mais nos finais de ano, que eu tava de férias... (Elizabeth, estudante do curso de Educação Física/diurno, no *campus* XII da Uneb).

– *Aí, aí assim... [...] geralmente eu ia, mas era um tempo assim... curto. [...] A gente sempre ajudou eles em roça, principalmente nas férias. Aí nas férias a gente ia pra roça mesmo [risos]*. (Maria das Dores, estudante do curso de Pedagogia/matutino, no *campus* XII da Uneb).

– Às vezes eu ia. *Quando meus irmãos estavam na escola, para eu não ficar em casa sozinha, então, meu pai e minha mãe me levavam pra roça com eles. Às vezes também mãe tava em casa preparando o almoço, quando eu não estudava, aí meu pai me levava pra ir com ele*. (Leidjane, estudante do curso de Fisioterapia/diurno, no *campus* I da Uneb).

As condições experimentadas pelas jovens mulheres que entrevistamos, em relação às das mulheres rurais da geração de suas mães, caracterizam, se não uma moratória social como pensada por Margulis e Urresti (1996),¹⁶ uma moratória sócio familiar, já que é no contexto das condições históricas da atualidade, aliadas às configurações de suas famílias, que o projeto de escolarização se concretiza. Como disse a estudante de Fisioterapia entrevistada *“Eu acho que eu vim de uma época que as coisas estavam mais fáceis”*.

Nesse caso, as jovens da roça que participaram de nossa pesquisa experimentam condições estruturais de garantia de direitos, como o caso do direito à escola, ao mesmo tempo que compõem famílias de agricultores/as que têm poucos filhos ou são as filhas mais novas quando suas famílias têm uma prole maior. Esses fatores ajudam a ampliar a escolaridade das mesmas que, por sua vez, favorece o prolongamento da juventude.

Para essas jovens usufruírem das condições descritas, suas mães e pais trabalhavam/trabalham ainda mais. As mães, além de “ajudarem” na roça, realizavam as atividades domésticas e acompanhavam as atividades das filhas. Esse acompanhamento se dá mais no campo simbólico que material, mas também neste. No

campo simbólico estão as atitudes das mães; os conselhos cotidianos para estudarem, para não ficarem como elas; os cuidados. No campo material, estão a compra de um livro solicitado pela escola, a “vaquinha” para a inscrição no Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) ou no vestibular; a venda de uma das poucas vacas para comprar um computador para a filha fazer os trabalhos e pesquisas; por meio da aquisição de empréstimo para a compra de uma moto para a filha se deslocar até a cidade onde pega o ônibus que a transporta para a universidade, etc. O trechos das entrevistas exemplificam o papel das mães como suporte para as filhas estudarem:

– *Minha mãe sempre foi muito atenciosa comigo nessa questão. Hoje... eu me emociono... porque eu sento com minha mãe pra estudar e, mesmo sem ela estar identificando o que eu estou falando, sabe?* [falou isso bastante emocionada e chorando]. [...] *Porque ela, mesmo sem saber uma tarefa, todos os dias que eu chegava na minha casa, ela folheava meus cadernos pra ver se tava correto* [respirou fundo para se acalmar]. *Hoje é do mesmo jeito “Minha filha, como que está suas notas?”, mesmo eu sabendo que eu tenho que tirar uma média, eu tendo a certeza que eu tenho que tirar essa média pra mim passar, e ela sempre me liga perguntando se eu não tô com dificuldades. Ela senta na cama e eu “Mãe, deixa eu te explicar aqui”, vou explicando pra ela o que eu estou estudando na faculdade. Ela fala... esses dias ela falou pra mim “Cê tá explicando aqui pra uma burra besta”* [chorando e rindo ao mesmo tempo]. *Aí ficou sorrindo. Eu falei “Não, mainha. Eu tô explicando aqui pra uma mulher que sabe muito mais do que eu”. Aí ela fica toda orgulhosa!* (Elizabeth, estudante de Educação Física, *Campus XII*).

– *Chego em casa uma e meia da manhã. [...] Mainha sempre acorda, mainha sempre acorda... Ela deixa o café coado na garrafa, tampa a garrafa com um paninho de prato para não poder esfriar* [rindo e ao mesmo tempo emocionada pelos cuidados da mãe]. *Ela acorda, abre a porta para me ver e depois ela volta a cochilar de novo.* (Ana Alice, estudante de Pedagogia, *Campus XII*).

Os relatos das jovens, portanto, mostram como as mães agricultoras, com baixa escolaridade, “*mesmo sem ela estar identificando o que eu estou falando, sabe?*” Ou “*mesmo sem saber uma tarefa*”, são suportes importantes para que suas filhas tenham acesso e permaneçam no Ensino Superior. Seja por meio do apoio, do auxílio nas tarefas, seja no cuidado ao deixar o café coado na garrafa para esperar a filha chegar da universidade, as mães participam do projeto da mobilidade social das filhas que é mediado pela escolarização, mas com amplitudes para além dela. Ademais, é preciso considerar que esse suporte, mesmo quando ausente, faz-se presente.

– *Eu acho assim que aqui dentro eu busco muito nisso assim de tentar, de fazer as coisas, de correr atrás talvez pensando no orgulho da minha mãe e também do meu pai, né, porque eles sempre falam assim que tentam dar o melhor pra mim. Então, eu tento fazer o melhor de mim pra conseguir dar pra eles também, acho que é isso.* [emocionada]. (Maria Augusta, estudante de Enfermagem, *Campus XII*).

Portanto, as mães, e também os pais, são suportes que operam mesmo a distância sustentando subjetivamente suas filhas universitárias. Estas atuam pensando no orgulho que seus suportes sentirão. A fala deles (pai e mãe) é eco presente *“porque eles sempre falam assim que tentam dar o melhor pra mim”*. Embora fisicamente longe, mobilizam a ação porque é um suporte denso e significativo *“Então, eu tento fazer o melhor de mim pra conseguir dar pra eles também”*.

Por estudarem, as jovens mulheres da roça podem e, muitas vezes, querem adiar projetos de casamento, trabalho. Se alguns projetos são adiados, outros passam a ser alimentados por elas e por suas mães como um futuro promissor *“... porque, de uma certa forma, ela queria me dar o que ela não teve oportunidade, sabe?”*.

As oportunidades ou promessas de futuro a que se referem relacionam-se à superação das condições existentes, tanto materiais quanto culturais, já que a escolarização das mesmas aparece como um grande investimento das famílias que vivem da agricultura, principalmente, das mães que querem dar às filhas oportunidades diferentes das que elas próprias tiveram. Segundo as narrativas das jovens entrevistadas, querem que a vida das filhas seja mais fácil; que não dependam de homens e isso inclui a independência financeira e de ideias. Ao mesmo tempo, observa-se, conforme mostram Anita Brumer, Graziela Castro Pandolfo e Lucas Coradini (2008), que estudar é um projeto elaborado e enfrentado pelas próprias jovens que avaliam o trabalho dos pais, as possibilidades de união conjugal, o modo de vida no meio rural e as condições de gênero. Assim, a formação educacional é uma promessa de futuro “[...] com amplitudes que se estendem até outras dimensões do campo profissional e da vida, vendo no acesso aos estudos a possibilidade de questionar padrões, conceitos e comportamentos, sobretudo aqueles que restringem a sua liberdade no espaço rural” (STROPASOLAS, 2006, p.306).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir da revisão de literatura que realizamos é possível afirmar que as mulheres rurais emergem no campo das pesquisas sobre mulheres e exigem visibilidade para suas condições de vida e luta. Essas condições são compartilhadas com as jovens, que ainda ocupam um espaço pequeno no campo das pesquisas sobre mulheres rurais, uma vez que estão mais presentes nas investigações que tratam das juventudes.

Ao se tornarem visíveis, as mulheres rurais fazem com que as pesquisas denunciem uma realidade fortemente marcada por relações

de gênero assimétricas em que suas oportunidades são restritas. Ao mesmo tempo, os estudos anunciam lutas, resistências e transgressões experimentadas por essas mulheres.

As denúncias e anúncios realizados por outras pesquisas nos permitiram ler as entrevistas que fizemos com as dezessete jovens da roça que tiveram acesso ao Ensino Superior de modo que compreendemos que as condições experimentadas por elas relacionam-se às condições enfrentadas pelas mulheres rurais de modo geral e particularmente por suas mães.

Ao compartilharem uma realidade macrossocial que as obriga a agir, as mulheres rurais desta e das gerações anteriores buscam em suas ações a escolarização como uma das vias para um futuro com novas e diferentes oportunidades. As mães desejam para as filhas o que elas não tiveram: estudo, trabalho remunerado, liberdade para decidir sobre suas vidas. As filhas parecem desejar o mesmo, avaliam a vida das suas mães e das mulheres rurais como sofrida, algo que não querem para elas. Assim, as mães criam condições, aproveitam as possibilidades abertas nas últimas décadas, e investem para que as jovens, suas filhas, possam estudar. Estas se identificam com esse projeto e forjam-se estudantes universitárias.

Essas mulheres rurais, mães e filhas, acreditam que o estudo poderá proporcionar um futuro visto por elas como promissor.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, R. *et al.* Dilemas e estratégias dos jovens rurais: ficar ou partir. **Estudos Sociedade e Agricultura**, vol. 12, n. 1, p. 236-271, 2004.

ARAUJO, K.; MARTUCCELLI, D. **Desafíos comunes**. Retratos de la sociedad chilena y sus individuos: Neoliberalismo, democracia y lazo social. 1ª Ed. Santiago: LOM ediciones: 2012. Tombo I. (Colección Ciencias Humanas).

BRASIL. IBGE. **Síntese de Indicadores Sociais** – Uma análise das condições de vida da população brasileira 2013. Estudos e Pesquisas: informação demográfica e socioeconômica número 32. Rio de Janeiro, 2013. Disponível em: <<https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv66777.pdf>>. Acesso em: 24 mai 2018.

BRUMER, A. A problemática dos jovens rurais na pós-modernidade. In: CARNEIRO, M. J.; CASTRO, E. G. C. **Juventude rural em perspectiva**. Rio de Janeiro: Mauad X, p. 53-66, 2007.

BRUMER, A. B.; PANDOLFO, G. C.; CORADINI, L. Gênero e agricultura familiar: projetos de jovens filhos de agricultores familiares da região sul do Brasil. In: **Anais Fazendo Gênero 8**. Florianópolis, Santa Catarina, 25 a 28 de agosto de 2008.

BUTTO, A.; LEITE, R. Políticas para as mulheres rurais no Brasil: avanços recentes e desafios. In: **Congresso Latinoamericano de Sociologia Rural**, VIII. Ponencias Grupo de Trabalho 9. Porto de Galinhas, PE, 2010.

CASTRO, J. A. de; AQUINO, L. M. C. de. (org.). **Juventude e políticas sociais no Brasil**. Texto para discussão n. 1355. IPEA (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada), Brasília, 2008.

COSTA, A. A. A. **As donas no poder: mulher e política na Bahia**. Salvador: NEIM/UFBA - Assembleia Legislativa da Bahia, 1998. (Coleção Bahianas; 02).

CORDEIRO, R. de L. M. Gênero em contextos rurais: A liberdade de ir e vir e o controle da sexualidade das mulheres no Sertão de Pernambuco. In: JACÓ-VILELA, Ana Maria Jacó-Vilela & SATO, Leny (org.). **Diálogos em Psicologia Social**. Porto Alegre: Editora Evangraf Ltda, p. 131-139, 2007.

DAVIS, A. **Mulheres, Raça e Classe**. Tradução Heci Regina Candiani. São Paulo: Boitempo, 2016.

DAYRELL, J. T. A escola faz as juventudes? Reflexões em torno da socialização juvenil. **Educ. Soc.**, Campinas, vol. 28, n. 100 - Especial, p. 1105-1128, 2007.

DEERE, C. D.; LEÓN, M. **O empoderamento da mulher: direitos à terra e direitos de propriedade na América Latina**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2002.

DEERE, C. D. Os direitos da mulher à terra e os movimentos sociais rurais na reforma agrária brasileira. **Estudos Feministas**, Florianópolis, 12(1): 360, p. 175-204, jan./abril.2004.

DI SABBATO, A. *et al.* **Estatísticas rurais e a economia feminista: um olhar sobre o trabalho das mulheres**. Brasília: MDA, 2009.

FALCI, M. K. Mulheres do sertão nordestino. In: PRIORE, Maria Del (org.); PINSKY, Carla Bassanezi (coord. de textos). **História das mulheres no Brasil**. 10ª Ed., 2ª reimpressão. São Paulo: Contexto, 2013.

FISCHER, I. R. **O protagonismo da mulher rural no contexto da dominação**. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Ed. Massangana, 2012.

LOURO, G. L. Gênero, sexualidade e educação: das afinidades políticas às tensões teórico-metodológicas. **Educação em Revista**, n.46, p. 201-218, 2007a.

LOURO, G. L. **Gênero, sexualidade e educação**. Petrópolis: Vozes, 2007b.

CRENSHAW, K. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. **Estudos Feministas**, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Centro de Comunicação e Expressão, Florianópolis, Santa Catarina, v. 7, n. 12, p. 171-188, 2002.

MARQUES, T. G. **Um pé na roça – outro na universidade: experiências de acesso e permanência de jovens mulheres da roça na Universidade do Estado da Bahia – UNEB**. Tese (Doutorado em Educação). Programa de Pós-Graduação em Educação, Conhecimento e Inclusão Social. Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, MG, 2019.

MARGULIS, M.; URRESTI, M. La juventud es más que una palabra. In: MARGULIS, M. (org). **La juventud es más que una palabra**. Buenos Aires: Biblos, 1996.

MELO, H. P. de; DI SABBATO, A. Mulheres rurais: invisíveis e mal remuneradas. In: MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO. **Gênero, agricultura familiar e reforma agrária no Mercosul**. Brasília: Ministério do desenvolvimento agrário, p. 47-87, 2006.

NOGUEIRA, C. **Questões teóricas e metodológicas de gênero no campo da epistemologia feminista**: o desafio da teoria da interseccionalidade. Conferência realizada na PUC/Coração Eucarístico, Belo Horizonte, 2015.

NOGUEIRA, M. L. P. S. **Mulheres, história e literatura em João Gumes**: Alto-Sertão da Bahia, 1897-1930. São Paulo: Intermeios, 2015. (Coleção Entregêneros).

OLIVEIRA, M. L. L. de. Feminismo, relações de gênero e educação no cotidiano das mulheres trabalhadoras rurais do semiárido paraibano. In: **Anais do Seminário Internacional Fazendo Gênero: Gênero e Preconceito**, Florianópolis: Ed. Mulheres, 2006. Disponível em <http://www.fazendogenero.ufsc.br/7/artigos/M/Maria_Lucia_Lopes_de_Oliveira_06.pdf> Acesso em: 02 mai. 2016.

OLIVEIRA, M. L.; RABAY, G. A vida das mulheres no semiárido nordestino: pobreza, desigualdades e teimosia. In: **Jornal da Rede Feminista de Saúde**. Número 26. Julho. São Paulo, 2004.

PISCITELLI, A. Gênero: a história de um conceito. In: ALMEIDA, h. B. de; SZWAKO, J. E. (org). **Diferenças, Igualdade**. São Paulo: Berlendis & Vertecchia, 2009. (Coleção Sociedade em foco: introdução às ciências sociais).

REIS, S. M. A. de O. **Mulheres camponesas e culturas do escrito**: trajetórias de lideranças comunitárias construídas nas CEBs. (Tese Doutorado). Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Educação, Belo Horizonte, 2014.

ROSEMBERG, F. Mulheres educadas e a educação de mulheres. In: PINSKY, C. B.; PEDRO, J. M. (org). **Nova história das mulheres**. São Paulo: Contexto, 2012.

SAFFIOTI, H. **Gênero, patriarcado, violência**. São Paulo: Perseu Abramo, 2005.

SALVARO, G. I. J.; LAGO, M. C. de S.; WOLFF, C. S. “Mulheres agricultoras” e “mulheres camponesas”: lutas de gênero, identidades políticas e subjetividades. **Psicologia & Sociedade**, 25(1), p. 79-89, 2013.

SCHAAF, A. V. D. Jeito de mulher rural: a busca de direitos sociais e da igualdade de gênero no Rio Grande do Sul. **Sociologias**, Porto Alegre, ano 5, nº 10, jul/dez, p. 412-442, 2003.

SCOTT, Joan W. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação e Realidade**, Porto Alegre, v. 20, n. 2, p.71-99, jul/dez., 1995.

SILVA, B. G. da. Mãos Invisíveis? As Demandas dos Movimentos de Mulheres Trabalhadoras Rurais por Políticas Públicas no Brasil. In: **Anais do Seminário Internacional Fazendo Gênero: Gênero e Preconceito**, Florianópolis: Ed. Mulheres, 2006. Disponível em: <http://www.fazendogenero.ufsc.br/7/artigos/B/Berenice_Gomes_da_Silva_15.pdf>. Acesso em: 3 mai. 2016.

SILVA, B. G. da. Políticas públicas para mulheres trabalhadoras rurais: análise sobre a Marcha das Margaridas. In: **Anais da VII Jornada Internacional Políticas Públicas “Para além da crise global: experiências e antecipações concretas”**. Universidade Federal do Maranhão, São Luiz, Maranhão, 2015. Disponível em <<http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinpp2015/pdfs/eixo6/politicas-publicas-para-mulheres-trabalhadoras-rurais-analise-sobre-a-marcha-das-margaridas.pdf>>. Acesso em: 7 jun. 2017.

SILVA, M. A. M. De colona a boia fria. In: In: PRIORE, Maria Del (org.); PINSKY, Carla Bassanezi (coord. de textos). **História das mulheres no Brasil**. 10ª Ed., 2ª reimpressão. São Paulo: Contexto, 2013.

SILVA, C. M. da. **Encontro de tempos na escola**: um estudo sobre gerações de estudantes no meio rural baiano. (Tese Doutorado). Faculdade de Educação da Universidade de Brasília, Brasília, 2014.

SIQUEIRA, A. E. S. S. de. **Empoderamento de Mulheres Agricultoras**: Possibilidades e limites de um projeto de desenvolvimento rural no Semiárido Baiano. (Dissertação Mestrado). Programa de Pós-Graduação em Estudos Interdisciplinares: Mulheres, Gênero e Feminismo, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2014.

SOARES, D. N. **Gênero e Água – Desenhos do Norte, Alternativas do Sul**: Análise da experiência do Semiárido Brasileiro na construção do desenvolvimento democrático. (Tese de Doutorado). Instituto de Ciências Sociais, Departamento de Sociologia da Universidade de Brasília, Brasília, 2009.

SPANEVELLO, R. M. A situação das filhas na transmissão do patrimônio na agricultura familiar. **Anais do Seminário Fazendo Gênero 8**: Corpo, Violência e Poder. ST 3 - As múltiplas faces da mulher rural no Brasil. Florianópolis, 2008.

STROPASOLAS, V. L. **O mundo rural no horizonte dos jovens**. Florianópolis: Ed. UFSC, 2006.

NOTAS

1 Temos trabalhado com o conceito de jovens da roça e não rurais porque as jovens colaboradoras da nossa pesquisa se identificam como da roça. Ser da roça neste sentido é ser de um rural específico do nordeste brasileiro, cuja vida é marcada pela sobrevivência da e na agricultura familiar em pequenas propriedades. Assim sendo, quando nos referimos às jovens rurais estamos falando das jovens dos contextos não-urbanos em geral e, quando falamos de jovens da roça, referimo-nos às jovens participantes do estudo que se identificam como de um rural específico: da roça.

2 Ressaltamos que a pesquisa atendeu a todos os procedimentos éticos da pesquisa com seres humanos e foi aprovada conforme parecer substanciado do Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) n. 1.572.209. Nesse sentido, os nomes atribuídos às participantes são fictícios.

3 A obra de Angela Davis, “Mulheres, Raça e Classe”, publicada no Brasil apenas em 2016, demonstra como o movimento sufragista nos Estados Unidos esteve marcado pelo racismo, pelos recortes de classe e centrado nos espaços das cidades onde não estavam boa parte das

mulheres negras escravizadas pelo trabalho agrícola, que a autora considera o verdadeiro núcleo do escravismo.

4 Pressupõe-se que isto ocorra também porque, no Brasil, conforme diz Fúlvia Rosemberg (2012, p. 341), os estudos e pesquisas sobre a mulher “foram o braço feminista de mulheres educadas”. Como a educação das próprias feministas também ocorria e ocorre nas cidades, é nesse contexto que veem e dão visibilidade às mulheres.

5 Gênero aqui é compreendido como uma categoria relacional conforme definida por Joan Scott (1995). Por essa perspectiva, o gênero deve ser interpretado como uma manifestação de relações de poder, já que estabelece, entre homens e mulheres, entre as próprias mulheres e também entre os homens, um acesso diferenciado aos recursos simbólicos e aos recursos materiais da sociedade.

6 A categoria mulher foi desenvolvida pelo feminismo de segunda onda a partir da compreensão de que a opressão das mulheres está além das questões de classe e raça, atingindo todas as mulheres. O reconhecimento político das mulheres como coletividade, de acordo Adriana Piscitelli (2009), ancora-se na ideia de que o que une as mulheres ultrapassa em muito as diferenças entre elas.

7 No caso das mulheres dos contextos rurais da Bahia, onde esta pesquisa foi realizada, categorias como raça, classe, origem, por exemplo, inter-relacionam com gênero/sexo e criam matrizes de opressão/privilégio como mostram as pesquisadoras que discutem a interseccionalidade (NOGUEIRA, 2015; CREENSHAW, 2002).

8 Na pesquisa que desenvolvemos optamos na seleção das participantes focalizar jovens filhas de agricultores familiares, as jovens da roça conforme se identificam, já que compreendemos que suas condições juvenis são diferentes das filhas dos fazendeiros cujo acesso ao Ensino Superior já está naturalizado.

9 Para a vertente do patriarcado, os papéis e lugares ocupados pelas mulheres rurais se explicam pelo fundamento do patrimônio. Neste caso, a mulher e todos os bens são do patriarca (SAFFIOTTI, 1992). Assim, as mulheres casadas são as “esposas de...” e as solteiras “filhas de...” (SCHAAF, 2003). Originalmente, segundo Adriana Piscitelli (2009, p. 132), “o termo se refere aos patriarcas do velho testamento, como Abraão, que era um ancião com poder absoluto sobre as mulheres, crianças, rebanhos e subordinados”. O termo é utilizado por teóricas do feminismo para contextos em que há uma hierarquia muito forte baseada na estrutura familiar e no poder paterno. Mesmo no caso da agricultura familiar, Saffiotti (2005) afirma que também existem os patriarcas de patrimônios pequenos que se utilizam da ideia-valor rural do patriarcado.

10 Esta vertente busca explicar os papéis e lugares ocupados pelas mulheres na divisão sexual do trabalho como determinados pelo processo de socialização orientado pela divisão sexual, o que leva à formação de guetos nas profissões.

11 Esta é a abordagem teórica mais contemporânea da condição feminina. A mesma parte da premissa de que as posições de homens e mulheres se constroem por meio de um complexo sistema de relações sociais cotidianas (SCOTT, 1995; LOURO, 2007a, 2007b). Neste sentido, os atributos do feminino e do masculino são sociais e mudam historicamente.

12 Pesquisas recentes têm mostrado impactos da política de nucleação das escolas do campo na organização do tempo na vida das mulheres que moram nos espaços rurais e que têm filhos pequenos matriculados nas escolas das cidades. A esse respeito leia Carvalho (2016); Cotrim; Pereira e Silva (2013).

13 Essa realidade tem sido alterada com a implementação das últimas políticas de acesso à água de produção e consumo que no seu desenho incorporam a perspectiva de gênero como, por exemplo, o “Programa Um Milhão de Cisternas Rurais” (P1MC) executado pela Articulação do Semiárido Brasileiro (ASA/Brasil), cuja área de abrangência é o semiárido brasileiro. Esta política, conforme ressalta Soares (2009), que permite o acesso à água por meio das cisternas na porta das casas das famílias contempladas, traz benefícios particularmente para as mulheres, uma vez que estas têm seu trabalho reduzido.

14 Observa-se pelos dados da pesquisa que a proporção de mulheres ocupadas sem remuneração é significativamente mais elevada na agropecuária, em comparação com os demais setores da economia (DI SABBATO, 2009).

15 Pesquisas históricas (NOGUEIRA, 2015; FALCI, 2013; SILVA, 2013) afirmam que as mulheres pobres do campo sempre trabalharam, todavia, nunca tiveram o reconhecimento devido.

16 O conceito de moratória social foi apresentado por Margulis e Urresti (1996) para explicar as condições experimentadas por jovens de classes médias e altas, uma vez que tais jovens dispõem de tempo e dinheiro para viver um período da vida sem muitas preocupações e responsabilidades. Claro que as jovens da roça não desfrutam de dinheiro como os jovens das classes sociais caracterizadas pelos autores, porém, suas mães e seus pais deram a elas alguns suportes para que pudessem estudar e chegar à universidade.

Submetido: 12/06/2018

Aprovado: 31/10/2019

Contato:

Tatyanne Gomes Marques
Av. Vanessa Cardoso, s/n – Ipanema
Guanambi | BA | Brasil
CEP 464.30-000